



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº. 0156229/2019**

**PA COPAM Nº:** 22926/2010/003/2019

**SITUAÇÃO:** Sugestão pelo deferimento

**EMPREENDEDOR:** Prefeitura Municipal de Madre de Deus de Minas

**CNPJ:** 18.029.371/0001-61

**EMPREENDIMENTO:** Usina de Reciclagem e Compostagem de Resíduos Sólidos Vereador Geraldo Cristino

**CNPJ:** 18.029.371/0001-61

**MUNICÍPIOS:** Madre de Deus de Minas

**ZONA:** Urbana

**CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:**

- Não há incidência de critério locacional

CÓDIGO	PARAMETRO	ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17)	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
E-03-07-9	Quantidade operada de RSU	Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos urbanos.	2	0

**CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO**

André Luís Pracucci Gomes dos Santos (Eng. Florestal)

**REGISTRO**

CREA-MG 118.640/D

**AUTORIA DO PARECER**

Rogério Junqueira Maciel Villela  
Analista Ambiental  
Arquiteto e Urbanista especialista em Gestão Ambiental

**MATRÍCULA**

1.199.056-1

**ASSINATURA**

De acordo:

Fernando Baliani da Silva  
Diretor Regional de Regularização Ambiental

1.374.348-9



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº. 0156229/2019**

A Prefeitura de Madre de Deus de Minas opera uma unidade de triagem e compostagem de resíduos sólidos urbanos na rodovia MG-383, bairro Águas Claras, zona urbana do município de Madre de Deus de Minas, próximo ao trevo de saída para São João Del Rei. Em 20/03/2019 foi formalizado na Supram Sul de Minas o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado sob nº. 22926/2010/003/2019.

O empreendimento teve sua atividade iniciada em 2007 e vinha operando mediante AAF. Possui potencial poluidor médio e porte pequeno, sendo enquadrado como classe 2. Em cumprimento à DN 2017/2017, Art. 19, tem vedado seu licenciamento mediante LAS/Cadastro, sendo automaticamente reorientado para LAS/RAS.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS tem-se a geração de efluentes líquidos, resíduos sólidos e odor.

São gerados efluentes sanitários nos banheiros e refeitório na ordem de 10 m<sup>3</sup>/mês. A água é fornecida pela concessionária local. Os efluentes seguem para sistema composto por fossa séptica com lançamento final em sumidouro.

O chorume é gerado no pátio de compostagem, local descoberto, com piso impermeável, e segue por gravidade até uma caixa de passagem e, de lá, para sistema composto por fossa séptica e sumidouro.

O rejeito transbordo, gerado na média de 76 m<sup>3</sup>/mês, é separado e enviado ao aterro sanitário Vital Engenharias de Juiz de Fora/MG. Os recicláveis, cerca de 7 t/mês, são leiloados.

A dispersão do odor gerado na compostagem é mitigada com a implantação de uma cerca viva no perímetro do empreendimento.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), **sugere-se a concessão** da Licença Ambiental Simplificada para o empreendedor **Prefeitura Municipal de Madre de Deus de Minas**, para o empreendimento **Usina de Reciclagem e Compostagem de Resíduos Sólidos Vereador Geraldo Cristino**, para a atividade de **“Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos urbanos”** no município de **Madre de Deus de Minas**, pelo **prazo de 10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Usina de Reciclagem e Compostagem de Resíduos Sólidos Vereador Geraldo Cristino

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Apresentar relatório técnico-fotográfico comprovando a recomposição das partes faltantes de todo o muro que circunda o pátio de compostagem.	120 dias após a publicação da licença.
02	Apresentar relatório técnico-fotográfico comprovando a implantação e manutenção de cortina arbórea no trecho que resta para completar o fechamento de todo o perímetro do empreendimento.	Anualmente <sup>1</sup>
03	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da LAS.

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

<sup>1</sup>Enviar relatório **anualmente**, à Supram Sul de Minas, **até o dia 10 do mês subsequente ao aniversário da Licença Ambiental**.

## IMPORTANTE

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*

## ANEXO II



**Programa de Automonitoramento para Usina de Reciclagem e Compostagem de Resíduos  
Sólidos Vereador Geraldo Cristino**

**1. Resíduos Sólidos**

**Relatório:** Enviar anualmente à Supram Sul de Minas, **até o dia 10 do mês subsequente ao 12º relatório**, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 <sup>1</sup>	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma <sup>2</sup>	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento Ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(<sup>1</sup>) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(<sup>2</sup>) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial.

- |                       |                                                         |
|-----------------------|---------------------------------------------------------|
| 1 - Reutilização      | 6 - Co-processamento                                    |
| 2 - Reciclagem        | 7 - Aplicação no solo                                   |
| 3 - Aterro sanitário  | 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada) |
| 4 - Aterro industrial | 9 - Outras (especificar)                                |
| 5 - Incineração       |                                                         |

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.